

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, setembro de 2012, número 57. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Questão agrária e luta pela terra na Paraíba

ARTIGO DO MÊS

Nuestro lugar en los territorios

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

XXI Colóquio NERA

“Los conceptos de espacio, territorio y lugar: su potencialidad analítica para el estudio de las identidades colectivas y los movimientos socioterritoriales.”

UNESP/Presidente Prudente – São Paulo, 10 de setembro de 2012.

XIII Jornada do Trabalho – CEGeT

UNESP/Presidente Prudente – São Paulo, 09 a 12 de outubro de 2012.

XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária - ENGA

UFU/Uberlândia – Minas Gerais, 15 a 19 de outubro de 2012.

PUBLICAÇÕES E VÍDEOS



Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária: análise dos tipos de assentamentos do território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná.

Autor: Estevan Leopoldo de Freitas Coca.

Dissertação de mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia – área de Produção do espaço geográfico, da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT, campus de Presidente Prudente. Como meio de contribuir com o debate sobre o conceito de reforma agrária, foi feito o estudo sobre as territorialidades que são desenvolvidas nos tipos de assentamentos que existem no Território Cantuquiriguaçu, no estado do Paraná. Foram estudados 3 tipos de assentamentos: o Projeto de Colonização (PC), o Projeto de Assentamento Federal (PA) e o Projeto de Reassentamento de Atingidos por Barragens (PRB). Esses tipos possuem origens e finalidades distintas, configurando diferentes usos do território. Embasados por estes resultados, demonstramos como a reforma agrária no Brasil precisa ser entendida por meio de uma perspectiva abrangente, levando-se em consideração a variedade dos tipos de assentamentos que têm sido implantados.

Vídeo: Mbaraka – A palavra que age.

Produção: Anthares Multimeiors; Realização: Edgar Teodoro da Cunha e Spensy Pimentel.



A partir de entrevistas com os xamãs nhanderu, e de registros dos seus cantos, danças e cerimônias, o filme aborda o universo dos cantos xamânicos por meio dos aspectos performáticos da palavra, da sonoridade, do gesto, da dimensão onírica e da vontade mobilizada pelo canto. Se a palavra pode ser história, mito e narrativa, entre os Guarani-Kaiowá ela também é poesia e profecia: um canto de esperança em um futuro melhor.

Para ver: <http://vimeo.com/34768557>

APOIO

Elaboração: Danilo V. Pereira (bolsista FAPESP), Felipe dos S. de Melo (bolsista Ciência na UNESP) e Rafael de O. C. Santos.
Revisão/Publicação: Rubens dos S. R. Souza (bolsista FAPESP), José Sobreiro Filho (bolsista FAPESP) e Tiago Egídio Avanço Cubas.
Coordenação: Rodrigo Simão Camacho (bolsista FAPESP) e Juliana Grasiéli Bueno Mota (bolsista CAPES).

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

QUESTÃO AGRÁRIA E LUTA PELA TERRA NA PARAÍBA

Emilia de Rodat Fernandes Moreira

Prof^a do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Departamento de Geociências/UFPB
Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC)
Coordenadora do DATALUTA-PB
erodat@hotmail.com

Ivan Targino

Prof^o do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Departamento de Geociências/UFPB
Pesquisador do Grupo de Estudos Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC/UFPB/CNPq)
ivantargino@bol.com.br

INTRODUÇÃO

A forma histórica assumida pela organização agrária brasileira, estruturada com base na concentração da propriedade da terra, na produção de um “excedente colonial” e na extrema exploração do trabalhador rural, tem suscitado, em diferentes momentos, formas de reação da população trabalhadora, consubstanciadas nas chamadas lutas sociais, ao mesmo tempo em que tem também instigado o debate sobre a superação da questão agrária como fator de desenvolvimento nacional.

No século XX, a pressão social e a efervescência do debate foram utilizadas tanto para justificar a constituição de um “estado de exceção”, como o implantado com o golpe militar de 1964, quanto para o Estado buscar “soluções” para a questão agrária. Essas soluções basearam-se na implementação de políticas de desenvolvimento regional ou nacional e em ações dirigidas para atenuar os conflitos, através da desapropriação ou aquisição de terras e da sua redistribuição.

Na década de 1980, a crise da economia brasileira, a emergência da crise urbana decorrente do inchaço das grandes cidades (fruto do intenso processo migratório resultante das transformações promovidas pelo processo de modernização da agricultura), o crescimento do desemprego rural e urbano, a redemocratização do país e a reorganização do campesinato com a consolidação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a emergência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), propiciaram a reabertura do debate sobre a questão agrária brasileira. As ações levadas a efeito pelos governos democráticos que se sucederam a partir de 1985, porém, limitaram-se à resolução de alguns conflitos não extintos pela ação do latifúndio, amparadas no aparelho repressor do Estado (polícia, justiça), por meio da desapropriação e do assentamento de parcela dos trabalhadores sem terra. A política agrária da Nova República, consubstanciada no I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), mostrou-se um fiasco.

No início dos anos de 1990, o debate sobre a questão agrária é visto como ultrapassado por alguns representantes da comunidade acadêmica, de órgãos governamentais e do agronegócio. Em defesa dessa tese argumentava-se que: a) já se conseguira uma revolução na agricultura que permitira uma elevação considerável da produção tanto vegetal (particularmente de grãos) como animal, através do processo de modernização agrícola; b) o crescimento da economia urbana já teria enxugado o excesso de população do campo; c) a consolidação da grande propriedade seria fundamental para a elevação da produtividade já que a pequena propriedade seria incompatível com o processo de tecnificação. Por estas razões, o debate sobre a questão agrária estaria superado e a reforma agrária transformara-se num mito que teria sido destruído pela consolidação do capitalismo na agricultura brasileira. Em oposição a essa posição ufanista do agronegócio e de seus áulicos, a luta de resistência à expropriação e as ocupações de terras continuam Disponível em www.tct.unesp.br/nera

e ganham maior expressividade, particularmente após os massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás, obrigando o governo a adotar uma ação fundiária de maior envergadura.

Na segunda década do século XXI, o debate é retomado, agora pautado na existência de um “novo rural” onde os camponeses e “os eventuais novos pequenos assentados” não teriam mais lugar. Assegura tal discurso que a defesa da reforma agrária na época atual é incompatível com a realidade rural “cada vez mais concorrencial e competitiva” (NAVARRO, 2012), conseqüentemente, mais ameaçadora à sobrevivência das pequenas unidades produtivas. Assim sendo, segundo Navarro (2012), a política agrária do Estado constitui um erro, e tanto a postura como as análises de alguns intelectuais, “marcados por trajetórias mais ideológicas do que propriamente científicas”, é atrasada, porque reproduz o debate dos anos 60 do século XX e cega porque não dá conta da realidade atual, não percebendo assim “que as regiões rurais estão experimentando acelerado processo de dinamização econômica e alteração social e cultural de sua, digamos, sociabilidade” (NAVARRO, 2012, não paginado.).

Os fatos analisados em profundidade não só desmentem esta argumentação da superação da questão agrária em decorrência do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, como evidenciam os efeitos perversos desse processo e a resistência do campesinato ao mesmo. Demonstram também que as disputas territoriais entre o agronegócio e a agricultura camponesa colocam na ordem do dia a questão agrária brasileira e expõem: a) a contradição existente no desenvolvimento do capitalismo no campo; b) a luta dos trabalhadores contra esta lógica e; c) o papel contraditório do Estado consolidador de políticas públicas que, de um lado, promovem a expansão e o fortalecimento do agronegócio e, de outro, voltam-se para o atendimento das reivindicações camponesas na busca da sua reprodução e da sua sobrevivência.

Este artigo aborda a questão agrária no estado da Paraíba buscando demonstrar sua atualidade, bem como apresenta a territorialização e a espacialização da luta por terra, que nele teve lugar nas três últimas décadas, entendendo-a como uma das expressões da questão agrária paraibana. Para sua realização foram utilizados a pesquisa bibliográfica e dados secundários fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pela CPT e pelo Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA).

ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA

A espacialização da luta pela terra, segundo Fernandes, é o registro no espaço social de um processo de luta. “É o multidimensionamento do espaço de socialização política. É escrever no espaço por intermédio de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras, etc.” (1999, p. 136). De acordo com Mitidiero Jr. (2012, não paginado), espacialização da luta pela terra significa, necessariamente, o rebatimento e as repercussões dessas formas de luta no espaço. Para este autor, a “espacialização ocorre simultaneamente à aparição pública da organização da contestação” (2012, não paginado).

A territorialização da luta pela terra é entendida “como o processo de conquista de frações do território” (FERNANDES, 1999, p. 241) pela classe camponesa, conquista essa muitas vezes decorrente de longos anos de enfrentamento com as instâncias políticas, jurídicas e policiais do Estado, com os proprietários de terra e seus prepostos, com outros segmentos da economia capitalista, como as indústrias de exploração mineral, madeireira etc.

O território conquistado pela luta camponesa foi designado pelo Estado brasileiro de Assentamento Rural. O conceito de Assentamento Rural, embora já presente no Estatuto da Terra (FERNANDES, 1999), só começou a ser disseminado e discutido no Brasil a partir do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), uma vez que até então o Governo Federal deu ênfase apenas às atividades de colonização, “em detrimento de qualquer programa que pudesse expressar uma política clara de reforma agrária no país” (MIRAD/INCRA, 1987, p.5). A partir de então surgem muitas formas de compreensão do significado de Assentamento Rural.

Para Menegat, o Assentamento Rural é, antes de tudo, “um espaço de reordenação de terras que vem contribuindo para o aumento da pequena produção e para o surgimento de novos atores no meio rural, fortalecendo a agricultura familiar e aumentando o número de empregos e a produção de alimentos no país.” (1998, p.9).

Para os movimentos sociais o assentamento é “a terra conquistada e, portanto, o lugar da luta e da resistência” (FERNANDES, 1999, p.21). Nessa concepção, o trabalhador é antes de tudo um ator social e um sujeito coletivo envolvido na luta pelos direitos a uma cidadania plena.

Para os assentados, o Assentamento pode ter inúmeras compreensões: “o fim de um sonho e a desesperança”, como afirma uma entrevistada do Projeto de Assentamento Massangana III, localizado na Zona da Mata Paraibana ou “o fim da servidão”, como afirma a grande maioria dos assentados do estado da Paraíba (MOREIRA; TARGINO; MENEZES, 2000). Para estes, o Assentamento seria o que Moreira (2012) denomina de “Território de Esperança”. Como tal ele representa uma fração do território anteriormente dominado pela lógica da exploração capitalista que foi conquistado pelas diferentes formas de luta: de resistência camponesa para permanecer na terra; de ocupação de terra promovida pelos trabalhadores sem terra; e pela consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política dominante. Trata-se de “um território carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 5).

É preciso, porém, admitir que

o Território de Esperança surge de dentro do território capitalista, rompendo com a sua lógica clássica, mas, simultaneamente, sendo um resultado do próprio caráter assumido pelo desenvolvimento contraditório e combinado do capital. Não se trata, pois, de um território fruto de uma ruptura promovida por um processo revolucionário, mas pode se constituir numa possibilidade transformadora. Por isto ele só pode ser entendido como parte integrante de um processo, como um território em movimento, vivo, que experiencia um processo contínuo de (re)criação, (re)definição, (re)delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas (MOREIRA, 2012, p. 4).

A QUESTÃO AGRÁRIA NA PARAÍBA

Da mesma forma que no Brasil, a questão agrária na Paraíba também não foi resolvida nem é uma questão ultrapassada. Analisando a evolução da distribuição da propriedade da terra no estado, constatamos que apesar da territorialização da luta pela terra a partir de 1976 ter sido significativa, ela não foi capaz de transformar o padrão da concentração fundiária estadual. De fato, em 2006, 87,5% dos

Disponível em www.fct.unesp.br/nera

estabelecimentos rurais possuíam menos de 50 hectares e se apropriavam de apenas 27,8% do total das terras ocupadas pelos estabelecimentos agropecuários. Enquanto que aqueles com mais de 200 hectares, que representavam apenas 2,1% do total, concentravam 47,6% das terras (IBGE, 2006). A grandeza da concentração de terras pode também ser mostrada pelo alto valor do índice de GINI. O valor desse índice calculado para a distribuição de terras na Paraíba, embora tenha apresentado uma ligeira redução entre 1985 e 2006 (0,842 em 1985; 0,834 em 1995; e 0,822 em 2006), permanece muito elevado, considerando que este índice varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1, maior é a concentração.

Infelizmente, a desigual distribuição da propriedade fundiária é apenas uma das manifestações da atualidade da questão agrária estadual. Há ainda pelo menos três outros aspectos que devem ser levados em consideração:

a) o grande número de estabelecimentos com dimensão insuficiente para assegurar a sobrevivência da família camponesa. Dos 110.928 estabelecimentos agropecuários com menos de 10 hectares existentes na Paraíba em 2006, 86.218 ou 77,7% possuíam menos de 5 hectares. Essa dimensão não permite uma exploração eficiente, sobretudo, levando em consideração as adversas condições de clima e de solo que prevalecem na maior parte do estado;

b) o grande número de trabalhadores rurais sem acesso à propriedade da terra. Segundo o censo demográfico de 2010, a população rural da Paraíba é composta de 927.850 habitantes. Considerando que a família rural no estado tem, em média, 4 pessoas (IBGE,2006), pode-se estimar que há cerca de 232 mil famílias residindo no campo, número bem superior ao do total dos estabelecimentos rurais existentes em 2006 que era de 160.032. É bom lembrar que o número de famílias sem acesso à terra é bem superior a essa diferença, pois: i) existe um grande número de trabalhadores rurais que residem nas pequenas cidades do estado; e ii) um grande número de pequenos produtores rurais que residem na zona urbana;

c) os trabalhadores sem terra ou com pouca terra são submetidos a um elevado grau de exploração. Esta exploração se manifesta pela longa jornada de trabalho, pela forma de contratação que estimula o aumento do ritmo do trabalho para alcançar maior produção e obtenção de um salário maior, o que tem levado em muitos casos a mortes por exaustão, particularmente na atividade canavieira; pela cobrança de uma renda fundiária tão elevada que impede a reprodução da força-de-trabalho familiar dentro de condições minimamente dignas; pelos baixos níveis de salários pagos; pelo desrespeito à legislação trabalhista (utilização de trabalho escravo, de trabalho clandestino) etc.

A falta de acesso à terra (ou o acesso precário à terra) e o elevado grau de exploração do trabalho constituem, portanto, duas marcas da questão agrária estadual. Com efeito, a má distribuição da terra e a extrema exploração do trabalho são as principais causas da pobreza da maioria da população rural. Sem exageros, pode-se afirmar que a falta de acesso à terra é a fonte geradora, a matriz da pobreza rural.

TERRITORIALIZAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DA LUTA POR TERRA NA PARAÍBA (1972 – 2011)

A luta dos trabalhadores rurais da Paraíba tem se articulado em torno desses dois eixos: a luta pela terra e a luta por melhores condições de trabalho no campo. Quais os momentos mais importantes dessa luta?

Nos últimos cinquenta anos podemos distinguir os seguintes momentos: a) o período anterior ao golpe militar de 1964; b) o período da repressão às Ligas; c) o período de rearticulação dos movimentos sociais; d) o período pós-redemocratização do país; e) o momento de consolidação da política neoliberal; f) a fase de ascensão dos “governos populares”.

O PERÍODO ANTERIOR AO GOLPE MILITAR DE 1964

O período anterior ao golpe militar de 1964 foi marcado por um forte movimento de organização dos trabalhadores, cuja expressão maior foi a formação das Ligas Camponesas de um lado, e o desenvolvimento da organização sindical (sob a influência das Ligas, do partido comunista e da Igreja Católica) de outro.

O PERÍODO DA REPRESSÃO ÀS LIGAS (1958-1968)

Na Paraíba, a repressão às Ligas se iniciou antes mesmo do golpe militar, através de ações de violência praticadas pelas oligarquias rurais e pelo Estado, através de seu aparato policial e judicial colocado a serviço do latifúndio. Destaca-se o assassinato do líder sindical e vice-presidente das Ligas de Sapé, João Pedro Teixeira, em 1962, e a perseguição a sua esposa Elisabeth Teixeira bem como a toda liderança do movimento. Com o golpe de 1964, as principais lideranças das Ligas Camponesas da Paraíba foram presas, assassinadas ou entraram na clandestinidade.

O PERÍODO DE REARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Esse período estende-se na Paraíba de 1972 a 1984 em plena vigência do regime militar. Apesar de toda a repressão, o agravamento da situação no campo, em face da expansão e dominação do capital na agricultura, levou à reorganização dos trabalhadores rurais. A Igreja Católica teve um papel de destaque nesse processo através da atuação da Pastoral Rural (posteriormente substituída pela Comissão Pastoral da Terra) (MITIDIERO JR., 2008). Dois campos de atuação foram abertos: de um lado a sustentação da resistência contra a expulsão da terra; de outro, a preparação de lideranças para ocupar a direção dos sindicatos. Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata e do Brejo Paraibano se reorganizam e se fortalecem como representação de classe. O movimento sindical torna-se mais atuante participando tanto da organização de greves, para exigir melhorias salariais nas áreas de produção de cana-de-açúcar, como da luta de resistência camponesa contra a expulsão-expropriação e da pressão para adoção de uma política agrária por parte do governo.

Merece destaque nesse período o protagonismo das mulheres do Brejo Paraibano, marcado sobremaneira pela participação da primeira mulher na direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Alagoa Grande, Margarida Maria Alves. Sua luta pelos direitos dos assalariados do campo e seu apoio à luta pela terra na região culminou com seu assassinato em 1982, a mando do chefe de uma das mais influentes oligarquias rurais do Brejo e Agreste paraibanos.

É, também, nesse período que surgem os primeiros conflitos de terra pós Ligas Camponesas no estado. Entre 1972 e 1984, 48 conflitos de terra caracterizados pela resistência aos mais variados processos de expulsão-expropriação eclodiram na Zona da Mata e no Agreste-Brejo da Paraíba (MOREIRA, 1997). A tentativa dos proprietários de expulsar os camponeses da terra, com o apoio das instâncias Disponível em www.fct.unesp.br/nera

repressoras do Estado, para implantar uma nova forma de organização da produção e do trabalho, representava a necessidade do capital “libertar a terra enquanto meio de produção, de formas de organização que não se coadunam com a sua expansão na esfera produtiva e que só são permitidas enquanto não se constituem impedimento à sua expansão” (CANTALICE, 1985, p. 85). A resistência a esse processo só foi possível graças à organização e coragem dos trabalhadores apoiados pela Pastoral Rural e pela Comissão Pastoral da Terra. Alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG), a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), o Centro de Defesa de Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba (CDDH), tendo à frente o advogado Wanderley Caixe, a Confederação Única dos Trabalhadores (CUT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), também contribuíram na organização, orientação e mediação das lutas (MOREIRA, 1997).

Apesar do elevado número de conflitos de terra eclodidos no período, a reforma agrária dos militares ficou restrita à desapropriação ou compra de áreas onde os conflitos não puderam ser dissolvidos pela ação de capangas, da polícia ou da “indenização” (forma usada pelos proprietários para expulsar o trabalhador e resolver litígios). Daí que apenas seis assentamentos foram criados no estado entre 1972 e 1984, sendo três na Zona da Mata e três no Agreste Paraibano.

A crise econômica que se abateu sobre o Brasil nos anos de 1980, trazendo no seu bojo uma inflação crescente, uma intensificação das desigualdades sociais e da concentração de renda e de terras, o endividamento interno e externo do país altíssimo, atingiu a classe média e até mesmo certos segmentos da classe empresarial que deram sustentação ao governo militar. Enfraquecido, este promove uma distensão política que culminará com as eleições indiretas de 1984, que elegeu o primeiro presidente civil desde o golpe militar de 1964. O presidente Tancredo Neves, eleito indiretamente com o apoio da maioria do Congresso, vem a falecer um dia antes de sua posse. Em seu lugar assume o vice-presidente José Sarney, político ligado às forças conservadoras e a quem coube à incumbência de garantir o retorno do estado de direito ao país. Surge a partir de então um novo momento da história do Brasil, representado pela chamada “Nova República”, que irá encher de esperanças os trabalhadores do campo brasileiro, na medida em que se pronunciou a favor da reforma agrária.

O PERÍODO PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS (1985-1994)

Consideramos que o período pós-redemocratização do país é aquele que compreende os governos de José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco. No primeiro momento da redemocratização do Brasil, a disposição do governo de realizar a reforma agrária, manifestou-se com o anúncio da proposta do I PNRA e dos Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRA), dando “novas forças àqueles que lutaram durante anos para ver a ‘terra de exploração’, na expressão da Igreja, transformar-se em ‘terra de trabalho’, ou seja, em ‘terra possuída por quem nela trabalha” (CNBB, 1980, p. 5-20). Embora se sabendo que a reforma anunciada não ultrapassaria os limites estabelecidos pelo Estatuto da Terra, ela contou com o apoio não só de trabalhadores rurais, como dos mais diversos segmentos da sociedade civil (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Nesse período surge o MST, que assume uma atitude mais agressiva na luta pela terra na medida em que adota como estratégia a ocupação de propriedades. Mas, na Paraíba é a CPT quem continua a sua atuação assegurando a resistência dos trabalhadores. As primeiras atuações do MST no estado só têm Disponível em www.fct.unesp.br/nera

início no final da década de 1980, através de duas ocupações de terra, sendo uma em 1989 e outra em 1990 (MOREIRA, 1997).

Entre 1985 e 1994 eclodiram 131 conflitos de terra no estado (CPT, 1985-1994) sendo apenas seis de ocupação e os demais de resistência à expropriação e expulsão. Atuaram como mediadores desses conflitos a CPT, a Diocese de Guarabira e alguns sindicatos de trabalhadores rurais da Zona da Mata e do Brejo Paraibano (MOREIRA, 1997), regiões de maior concentração da luta camponesa, justamente aquelas em que o capital expandiu-se com maior vigor através dos incentivos do Programa Nacional do Alcool (Proálcool) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

O processo de organização dos trabalhadores desencadeou uma reação organizada dos proprietários de terra, amparados na força da polícia e da justiça. Cresceram os atos de violência contra trabalhadores, lideranças sindicais e agentes pastorais. Apenas para citar alguns exemplos, entre 1985 e 1994, 11 camponeses envolvidos com a luta por terra foram assassinados e 13 sofreram tentativa de assassinato na Paraíba (CPT, 1985-1994).

O número de desapropriações de terra e de criação de Projetos de Assentamento (PA) nesse período foi pequeno em face ao número de conflitos no campo. Entre 1985 e 1994 foram efetuadas 43 desapropriações e/ou compra de imóveis para criação de assentamentos rurais, sendo 16 no governo Sarney (37,2% do total) e 27 no governo de Itamar Franco (62,8% do total). Apesar de uma compra efetuada pelo governo do estado para solucionar um conflito, o de Camucim, localizado no município de Pitimbu, nenhuma desapropriação foi realizada na Paraíba durante o governo Collor de Melo (REDE DATALUTA, 2010). A área desapropriada e comprada no período para efeito de reforma agrária, de 19.814 hectares, foi insignificante uma vez que representava apenas 2,6% da área apropriada pelos latifúndios com dimensão igual ou superior a 500 hectares (IBGE, 1995). Além disso, nem todos os imóveis desapropriados foram de imediato transformados em Projetos de Assentamento. De fato, no período só foram criados 31 PA's sendo onze durante o governo de José Sarney, abrangendo 5.389 hectares e envolvendo 421 famílias e 20 no governo de Itamar Franco incorporando 4.825 hectares onde foram assentadas 605 famílias (REDE DATALUTA, 2010).

O MOMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA NEOLIBERAL

Este momento coincide com os dois períodos de governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), marcado pela busca da estabilidade macroeconômica com a adoção de políticas pautadas pelo Consenso de Washington. Essa política acabou por prejudicar a produção, causando a recessão e o desemprego. A crise do emprego atingiu tanto as atividades urbano-industriais como agrícolas, agravando as questões sociais. No bojo desse processo cresce a organização dos trabalhadores sem terra e do MST, pressionando o governo a por em prática ações desapropriatórias para a resolução dos conflitos em todo o país.

Entretanto, a coalizão de poder que levou Fernando Henrique Cardoso à presidência da República, não estava interessada no tema da reforma agrária, mas sim, na implementação de um projeto radical de liberalização da economia brasileira (SAUER; PEREIRA, 2006). Tanto é que do início do seu primeiro governo (1995 a 1998) até os massacres de Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA) a política agrária estava sob a alçada do Ministério da Agricultura, cujo titular era o Senador José Eduardo Vieira, proprietário de grandes extensões de terra no Paraná e um dos donos do Banco Bamerindus. A violência Disponível em www.fct.unesp.br/nera

dos massacres mobilizou a opinião pública nacional e internacional e reabriu o debate sobre a questão agrária. A resposta do governo federal à pressão interna e externa foi a criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), em 1996, subordinando o INCRA a esse novo ministério.

O MEPF foi responsável por um conjunto mais ou menos articulado de ações que compreenderam: a) a edição de um pacote de medidas com a finalidade de reduzir o preço final pago pelo Estado às desapropriações, ao mesmo tempo acelerar o tempo de imissão da posse da terra desapropriada pelo INCRA e, ainda, dificultar a evasão do ato desapropriatório pelos proprietários de terra (MEDEIROS, 2002); b) o aumento na criminalização das ocupações de terra; c) a requisição da polícia federal para monitorar a ação dos movimentos sociais; d) a tentativa de construção de uma imagem positiva do governo em relação à reforma agrária e, ao mesmo tempo, uma imagem negativa das ocupações de terra e dos movimentos sociais através dos grandes meios de comunicação; e) o início de uma política agrária “amiga do mercado”, em que o governo FHC contaria, fundamentalmente, com os financiamentos oferecidos pelo Banco Mundial.

Na Paraíba, durante o primeiro governo de FHC, assiste-se à eclosão de 117 conflitos de terra, liderados tanto pela CPT quanto pelo MST, na sua grande maioria caracterizados como conflitos de ocupação envolvendo 14.069 famílias (CPT, 1995-1999). Para solucionar tais conflitos foram criados 96 PA's em 79.372 hectares de terra, onde foram assentadas 6.165 famílias (REDE DATALUTA, 2010).

No segundo período de governo de FHC, o número de ocupações de terra declina para apenas 22 e o número de famílias envolvidas em conflito cai para 880 (CPT, 1999-2003). O número de PA's criados cai para 55. Na área ocupada pelos PA's, de 69.476 hectares, foram assentadas 2.677 famílias (REDE DATALUTA, 2010).

Durante os dois governos de FHC foram criados, portanto, 151 Projetos de Assentamento no estado da Paraíba onde foram assentadas 8.842 famílias em 148.848 hectares de terra, sendo que no primeiro governo a territorialização da luta pela terra se deu nas áreas de maior disputa territorial entre a agricultura camponesa e o agronegócio canavieiro e agropecuário: a Zona da Mata e o Agreste. Constata-se nesse período que a atuação dos movimentos sociais e a luta pela terra pouco incidiram sobre as regiões semiáridas do estado (Borborema e o Sertão Paraibano), onde o processo de expansão do capital sobre a atividade agropecuária foi menos agressivo.

PERÍODO DO ADVENTO DOS “GOVERNOS POPULARES” (LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF)

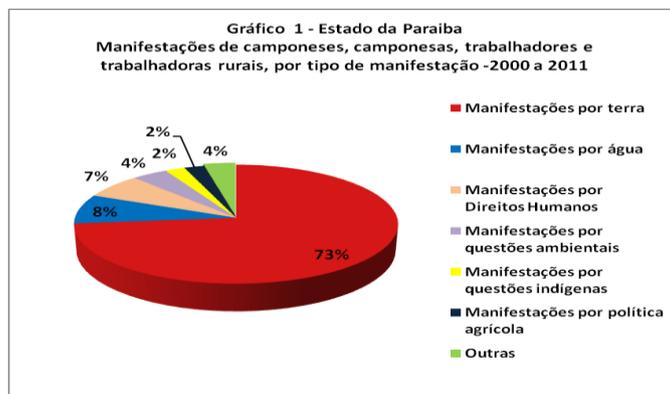
A ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república acendeu a esperança dos movimentos sociais no sentido de uma mudança radical nas diretrizes da reforma agrária. Todavia o legado do modelo de reforma agrária implantado pelo governo FHC, particularmente no que tange ao Projeto da Terra e ao Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural acabou por ser assumido pelo novo governo. Por outro lado, com o fim da criminalização da luta pela terra, o governo pode contar com o apoio de todos os movimentos sociais agrários e entidades sindicais de representação de trabalhadores rurais, o que possibilitou uma estabilização entre a reforma agrária constitucional e os programas neoliberais de financiamento de compra de terras propostos pelo Banco Mundial.

Na Paraíba, o resultado da política agrária “constitucional” do governo Lula é representado pela criação de 42 Projetos de Assentamento no primeiro governo, abrangendo 44.952 hectares, onde foram assentadas 1.719 famílias (REDE DATALUTA, 2010) e de 37 Projetos de Assentamento no segundo governo, que incorporaram mais 42.164 hectares, onde foram assentadas 1.000 famílias. Destaca-se nos dois governos Lula da Silva o deslocamento da territorialização da luta para o semiárido (Agreste Seco, Borborema e Sertão) em razão da presença mais efetiva da CPT e do MST nessas regiões.

No atual governo de Dilma Rousseff, a prioridade tem sido dada às políticas de combate à miséria. Nesse sentido, a reforma agrária aparentemente parece ser uma diretriz secundária da ação governamental. No primeiro ano do governo Dilma, foram criados apenas 10 PA's na Paraíba abrangendo 9.167 hectares, onde foram assentadas 284 famílias.

Em suma, entre 1985 e 2011 foram desapropriados, adquiridos, cedidos ou reconhecidos para efeito de criação de assentamentos na Paraíba, 261.869,6 hectares de terra onde foram assentadas 13.422 famílias em 282 PA's. A primeira vista, estes números podem impressionar e podem até mesmo dar a ideia de que a questão da terra foi resolvida no estado. O fato, porém, é que a área incorporada aos PA's representa apenas 14,5% da área ocupada no estado pelos estabelecimentos rurais com dimensão igual ou superior a 200 hectares (IBGE, 2006).

Além da luta pela terra a questão agrária paraibana se expressa através da espacialização das lutas dos assentados, dos indígenas, dos atingidos por barragem, dos quilombolas, dos trabalhadores assalariados e dos pequenos proprietários de terra. Esta espacialização confere visibilidade à questão agrária e se exprime principalmente através das manifestações, das ocupações e dos acampamentos de trabalhadores sem terra. De acordo com os dados levantados pela REDE DATALUTA, entre 2000 e 2011, foram registradas 226 manifestações na Paraíba, sendo 166 por terra, 18 por água e as demais por direitos humanos, por questões ambientais, por questões indígenas, por política agrícola entre outros (Gráfico 1).



Fonte: DATALUTA, 2011.

Em 2011, ocorreram sete ocupações de terra na Paraíba, sendo três no semiárido através de ações do MST e quatro efetuadas por índios na Zona da Mata. A redução observada nas ocupações de terra, decorrente da legislação que impede a vistoria do imóvel ocupado¹ tem resultado numa multiplicação de acampamentos nas beiras de estradas de rodagem, ao longo de ferrovias e dentro de assentamentos. Na

¹ A MP 2109, que proíbe a vistoria por dois anos em imóveis ocupados e a Portaria MDA nº 62 de 27/3/2001, que exclui os assentados da Reforma Agrária devido "a atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais".

Paraíba, o Grupo de Estudos Trabalho, Espaço e Camponato (GETEC) identificou 85 acampamentos de trabalhadores sem terra em 2011, distribuídos por todas as regiões do estado. Estes acampamentos trazem as bandeiras do MST, da CPT e de um movimento com atuação muito recente no estado, o Brasil Terra da Gente (BTG).

Cinco fatos novos fazem parte da atualidade da luta camponesa na Paraíba: a) a luta em torno da questão da água que durante muito tempo se restringiu às áreas de açudes do Sertão tem crescido com a construção do canal da Redenção e a criação do Pivas², a transposição do rio São Francisco e a desapropriação de terras para construção de barragens; b) a disputa territorial entre assentados e indígenas com as indústrias de cimento e de porcelanato atreladas à construção civil que vêm adquirindo terras em áreas ricas em calcário pertencentes a assentamentos rurais e aos indígenas; c) a disputa territorial entre assentados e o capital turístico que vem investindo, sobretudo no Brejo Paraibano, na expansão de áreas de lazer e condomínios fechados tentando se apropriar de lotes em áreas de assentamento; d) a luta dos atingidos por barragens; e) a disputa territorial entre o agronegócio canavieiro e a agricultura camponesa reformada.

Essas novas disputas territoriais revelam a aliança histórica entre o Estado e o capital representando os interesses dos setores imobiliários, de exploração mineral, energético, canavieiro e turístico. O discurso oficial justifica o apoio incondicional do Estado a esses projetos em detrimento dos interesses da classe camponesa, através do discurso do desenvolvimento territorial sustentável. O discurso é acompanhado tanto pelas velhas formas de repressão, quanto pela utilização da mídia para propagandear os “benefícios” trazidos por esses projetos em termos de criação de emprego e renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças no espaço agrário paraibano têm reproduzido as transformações do campo brasileiro, atreladas ao processo global de reestruturação produtiva do capital, como os seus impactos sobre o território, o trabalho e a natureza. Esse processo tem sido responsável por uma pluralidade de conflitos territoriais. De um lado, esses conflitos se manifestam contra: a) a concentração fundiária; b) a aquisição de terras para extração de recursos naturais em territórios indígenas e em áreas de assentamento; c) a construção de mega-infraestruturas (como o canal de transposição do Rio São Francisco); d) a expansão do agronegócio (como o canavieiro) e do agro-hidronegócio (como o Projeto de irrigação do Vale de Sousa - PIVAS); e) a expropriação, expulsão e exclusão dos camponeses e dos povos e comunidades tradicionais. De outro lado, eles defendem: a) a demarcação de territórios indígenas; b) a preservação do meio ambiente; c) o reconhecimento de territórios quilombolas; d) o controle da produção de alimentos e; a implementação de estratégias de desenvolvimento que preservem o reconhecimento do direito de acesso à terra e garantam a sobrevivência das famílias camponesas nas terras conquistadas. Todas essas formas de luta representam em escala local/regional, as diversas dimensões assumidas pela questão agrária paraibana e são demonstrativas da sua atualidade.

² Canal de 37 km de extensão, construído pelo governo estadual, para levar a água do açude Coremas-Mãe d'Água ao vale de Sousa, onde foi instalada o Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa (PIVAS), nos dos municípios de Sousa e Aparecida, na mesorregião do Sertão Paraibano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). O Documento da terra. In: **Revista de Cultura Vozes**, ano 74, vol. 74, nº.2., Petrópolis: mar. 1980.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Cadernos de Conflitos no Campo Brasil** (1985-2003). Goiânia: CPT, 1985-2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

MEDEIROS, L. S de. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ; UNRISD, 2002.

MENEGAT, Alzira Salete. **As novas-velhas inserções de trabalho nos Assentamentos Rurais: a situação das mulheres camponesas**. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1998.

MITIDIERO JR, Marco. **A agricultura capitalista no Brasil: territorialização: conceito explicativo da luta pela terra?** Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra9/territorializacao.html>>. Acesso em: 2012.

_____. MITIDIERO JR., Marco Antonio. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba**. São Paulo: USP, 2008.

MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: Universitária, 1997.

_____. **Território de Esperança: a territorialização da luta pela terra na Paraíba, do Litoral ao Sertão**. João Pessoa, Relatório de Pesquisa, 2012.

_____; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Universitária, 1997.

_____; TARGINO, Ivan ; MENEZES, Marilda A. de. Impactos regionais da reforma agrária na Zona da Mata nordestina e no Brejo Paraibano. João Pessoa: **Relatório Técnico de Pesquisa**. UFPB, 2000.

NAVARRO, Zander. Mensagem eletrônica. Brasília, 24/05/2012.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. A Questão da Terra na Paraíba: 1970-1980 (flashes). **Reforma Agrária**, vol.13, nº5, São Paulo, ABRA, 1983.

REDE DATALUTA. **Relatório DATALUTA Brasil**. Presidente Prudente, 2010.

SAUER, S.; PEREIRA, J. M. M. **Capturando a Terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TRAJANO, Janaina. A reforma agrária nos governos FHC e LULA. **Anais do II Seminário Nacional de Sociologia Política**. Curitiba, 2010.